

LETRA DE CÂMBIO

O Melhor Para Você.

TEL. (021) 262.7474 Operamos também com Open

*Mesbla**Economia Brasil*
Metas sem meios

JOELMIR BETING

Langoni queria para o ano que vem uma inflação gregoriana de 80 por cento. Mas Brasil e Fundo renegociaram uma taxa de 55 por cento. E o próprio Langoni, que se diz voto vencido, participou a domicílio dessa renegociação.

Agora, a taxa de 55 por cento transformada em glorioso objetivo nacional, entra na literatura da crise como "Acordo de Paris". Ou seja: taxa combinada pessoalmente pelo Ministro Delfim Netto com o Diretor-Geral do FMI, o carrancudo Jacques de Larosière, quando da recente expedição ministerial aos cofres trancados do Atlântico Norte.

O Acordo de Paris, que renova os termos da Carta de Intenção, protocolo fiduciário que o FMI endossa na mesa de decisão do sistema bancário, ensaia um segundo objetivo ainda mais leonino: acabar com o déficit do setor público até 31 de dezembro de 1984.

As metas são protocolares e desiderativas. O próprio documento firmado pelo Brasil leva o nome bem colocado de Carta de Intenção e está menos para o direito econômico e mais para os usos e costumes da prática bancária.

O índice desejado de inflação, negociado em 55 por cento é verdadeiramente mágico: por que não 66 por cento ou 44 por cento? O desmonte cirúrgico do déficit público, epicentro da inflação brasileira, é saudável na meta, mas impraticável nos meios e não realizável no prazo: não se pode corrigir em 15 meses um desvio de 15 anos.

Esse tratamento de choque seria bem mais forte que o doente, o modelo dopado com doses maciças de inflação e de dívida.

Se o FMI, chumbado a uma rotina contábil ultrapassada, exige o juramento solene do que não pode (nem deve) ser jurado, façamos o ritual. De que adianta discutir meta de inflação sem a ajuda de uma competente bola-de-cristal? E de que serve jurar índice gregoriano de inflação sem uma clara noção dos orçamentos nacionais para o ano que vem?

Até aqui, só conhecemos o orçamento fiscal da União, matéria já introduzida pelo Executivo dos canais indiferentes do Legislativo. A valente peça, formulada em tempo de "austeridade punitiva", hospeda uma expansão de 142 por cento nas colunas de receita e despesa, a preços de agosto de 1983.

Nos Estados e Municípios, governadores e prefeitos tocadores de obras jogam com projeções do mesmo calibre, que ninguém é de ferro.

Com Langoni ou com Pastore, o objetivo técnico cobrado pelo FMI vai ficar na intenção: o Governo não dispõe de meios materiais e políticos para governar-se. No setor público deficitário, a mão vai continuar bem maior que o bolso.

Pior que a pressão dos credores externos é a pressão dos estatocratas internos: todos os programas e projetos do setor público são fundamentais por natureza e definição; todos os orçamentos já expurgados são intocáveis e todos os cronogramas já contratados são impostergáveis.

No custeio, o emprego é sagrado: ao invés de cortar a despesa, o Governo que trate de aumentar a receita, via elevação de imposto ou remarcação de tarifa, proclama a tecnoburocracia enraizada.

Obra piramidal, a Ferrovia do Aço não pode parar. Os mineiros não deixam. Os metrô do Rio e de São Paulo já transportam milhões de brasileiros metropolitanos e qualquer redução de verba deve ser interpretada como sabotagem federal a Governos estaduais eleitos por par-

tidos na oposição. Ou como manobra subterrânea das multas do automóvel contra a expansão do transporte de massa no Brasil...

Cortar Itaipu ou Tucuruí? Negativo. Sem Tucuruí na data certa, como ocupar Carajás? O orçamento de Itaipu é binacional, a decisão de Brasília passa por Assunção e o Paraguai precisa de 200 mil quilowatts da primeira unidade geradora agora em outubro. A Nuclebrás? Outro acordo binacional, financiado por bancos alemães, os mesmos que não querem soltar mais dinheiro na direção do Brasil.

Sem reduzir de pelo menos metade os orçamentos de investimento das estatais o corte terá de ser executado, sem anestesia, nas gorduras e nas carnes do custeio do bloco.

Então, 999 mil trabalhadores das estatais entrarão em greve, em defesa da soberania nacional, ostensivamente fustigada pelo complô multinacional disfarçado de FMI.

Que tal acabar com todos os subsídios de crédito e de consumo, segundo maior foco autônomo do déficit público?

Negativo. A sociedade já provou o pudim e cuspiu longe. A carteira de subsídios, que privatiza lucro a partir da socialização do prejuízo via recarga fiscal e inflação geral, contempla bens e serviços de utilidade pública e de interesse social — do gás de fogão ao trigo do pão, do crédito rural ao incentivo cambial.

Acabar com o subsídio é maltratar o consumidor, é castigar a agricultura, é sabotar o exportador, advertem os subsidiados.

Com Langoni ou com Pastore, o Tesouro Nacional que trate de rodar as guitarras da Casa da Moeda — esse negócio de expansão da base monetária é fantasma que só mete medo em cultores do monetarismo criogênico, made in Chicago, juram os empreiteiros e fornecedores da coisa pública.

O Brasil não pode emitir dólar para honrar a dívida externa, mas pode (e deve) emitir cruzeiros para evitar a moratória interna, sustentam os defensores da solução final: a Casa da Moeda engorda o ativo escritural do Tesouro, que repassa a poupança falsa para as estatais, que resgatam seus papagaios no sistema financeiro interno...

A emissão de moeda sem lastro é uma "saída de emergência", a única, suspiram as vítimas da Calotebrás S.A.

E a inflação? Ora, com expansão monetária sob controle, a inflação já está na faixa dos 152 por cento ao ano, com vocação para 230 por cento.

Uma injeção tática no meio circulante soltaria as amarras do crédito, reativaria o curso dos negócios e afastaria o inimigo público número um: o desemprego de 3,5 milhões de brasileiros quebrados.

A inflação não seria maior do que aquela provocada pela emissão destemperada de títulos da dívida pública, ativo de não-moeda que faz o papel da moeda, inflaciona os juros do sistema financeiro e afoga o governo no brejo do exigível com data marcada.

Moral dos cifrões: o déficit público, detestado nos efeitos, continua adorado nas causas.

Governo popular é o que executa obras. Governo queimado é o que paga as contas. No caso brasileiro, é o que tenta pagar as contas, interrompendo as obras.

Como fazer essa omelete sem quebrar os ovos?

Langoni diz que não sabe e Pastore não faz por menos: O Brasil terá de erguer-se do chão puxando os próprios cabelos.